

obrigações de não concorrência e/ou compra exclusiva semelhantes celebrados entre a Neste e os seus concorrentes.

Aplicando o acórdão *Delimitis* ⁽³¹⁾, a Comissão concluiu que os fornecedores de combustíveis para veículos automóveis tinham oportunidade efectiva de entrarem no mercado, mediante a obtenção de contratos com as estações DODO existentes que mudassem de fornecedor e a abertura de novas estações. Em média, 20% dos acordos de fornecimento de combustíveis com as estações DODO estavam sujeitos a renovação anual. A Comissão tomou nota da tendência crescente registada na Finlândia para um canal de distribuição inovador, nomeadamente as estações de serviço sem pessoal, que exigem menos investimento e capacidades úteis mais baixas para funcionarem de forma rendível, bem como o desenvolvimento nesse país de um canal de distribuição inovador mas com grandes potencialidades, a saber, as estações de serviço geridas pelos supermercados. A Comissão verificou que os novos operadores tinham conseguido utilizar estas oportunidades para entrar com êxito no mercado retalhista finlandês de combustíveis para veículos automóveis.

Deste modo, a Comissão concluiu, por meio de um ofício de arquivamento, que os acordos notificados estavam abrangidos por este regulamento de isenção por categoria, sob reserva do rigoroso cumprimento, em relação às estações de serviço DODO ⁽³²⁾, da limitação da duração máxima da obrigação de não concorrência a cinco anos, estabelecida na alínea a) do artigo 5.º do regulamento. Para este efeito, a Comissão exigiu à Neste que harmonizasse a duração dos acordos de arrendamento de terrenos que tinha celebrado com alguns distribuidores DODO para a localização das bombas automáticas de gasóleo Neste (que não eram objecto da notificação) com a do acordo de fornecimento de combustíveis para veículos automóveis. Esta exigência visava prevenir eventuais obstáculos que restringissem a liberdade do distribuidor DODO de mudar de fornecedores depois de terminar o acordo DODO.

Lubrificantes BP ⁽³³⁾

A análise de uma notificação de acordos com oficinas de reparação de veículos automóveis em todos os Estados-Membros, apresentada pela BP plc ⁽³⁴⁾, ofereceu à Comissão a oportunidade de reafirmar e aplicar a sua política sobre as restrições verticais que não são abrangidas por uma isenção por categoria. Os acordos notificados estão presentemente abrangidos pelo âmbito de aplicação do Regulamento n.º 1400/2002, relativo à isenção por categoria no sector automóvel. Dizem respeito aos lubrificantes fornecidos para os serviços de manutenção e combinam empréstimos ou outros incentivos com uma obrigação de compra mínima que corresponde, na prática, à maior parte se não à totalidade das necessidades da oficina de reparação ao longo de um período de cinco anos e equivale, assim, a uma obrigação indirecta de não concorrência. Estes acordos são muito utilizados no sector. Contudo, as «obrigações de não concorrência» indirectas do tipo notificado pela BP são objecto de uma isenção por categoria ao abrigo do artigo 5.º, alínea a), do Regulamento n.º 2790/1999, relativo às restrições verticais, mas não ao abrigo do n.º 1, alínea a), do artigo 5.º do regulamento específico do sector. Várias associações industriais contactaram, por isso, a Direcção-Geral da Concorrência procurando orientações prévias sobre a situação dos seus acordos nos termos do novo regime introduzido pela isenção por categoria aplicável ao sector automóvel.

⁽³¹⁾ Processo C-234/89, *Stergios Delimitis/Henninger Bräu*, Colect. 1991, p. I-935.

⁽³²⁾ No caso das estações de serviço CODO que são propriedade da Neste, a limitação de cinco anos não é aplicável, desde que a duração da obrigação de não concorrência não exceda o período de ocupação das instalações e do terreno pelo distribuidor.

⁽³³⁾ COMP/F2/38.730.

⁽³⁴⁾ Notificados nos termos dos artigos 2.º e 4.º do Regulamento n.º 17 do Conselho. Ver comunicação sobre a notificação publicada no JO C 126 de 28.5.2003.

A avaliação dos acordos da BP revelou que, em muitos Estados-Membros, estes acordos não eram susceptíveis de restringir a concorrência de forma apreciável. Nos casos em que o n.º 1 do artigo 81.º se poderia aplicar, ficou patente que, embora os acordos não satisfizessem as condições do respectivo regulamento de isenção por categoria, o n.º 3 do artigo 81.º era individualmente aplicável às restrições existentes em quase todos os outros Estados-Membros. Entre outras razões, a BP não tinha uma posição dominante, fornecia apenas uma pequena fracção dos produtos necessários para prestar serviços de reparação e manutenção e não aplicava outras restrições que agravassem os efeitos negativos da obrigação de não concorrência notificada. Além disso, a BP também alterou a notificação de modo a harmonizar os acordos notificados com a política da Comissão em matéria de restrições verticais ⁽³⁵⁾, nos Estados-Membros onde as duas condições cumulativas estejam, ou venham a estar, preenchidas:

- em primeiro lugar, que a quota de mercado da BP seja superior a 30%;
- em segundo lugar, caso as redes paralelas de restrições com efeitos na concorrência semelhantes às notificadas pela BP abranjam pelo menos 30% de um mercado relevante, que a quota de mercado «vinculada» da BP ultrapasse 15%.

Nesses Estados-Membros, a BP comprometeu-se a informar e a conceder aos compradores vinculados pelos acordos notificados o direito de rescindir os acordos, mediante aviso prévio de seis meses, ao fim de dois anos a contar da sua entrada em vigor. Em Setembro, a DG Concorrência pôde, assim, encerrar o processo por meio de um ofício de arquivamento e informar as associações do sector dos lubrificantes que tencionam aplicar os princípios supramencionados aos acordos semelhantes.

Comunicações electrónicas

T-Mobile Deutschland/O₂ Germany — Acordo-quadro relativo à partilha de infra-estruturas ⁽³⁶⁾ — e *O₂ UK Limited/T-Mobile UK Limited — Acordo de partilha de infra-estruturas no Reino Unido* ⁽³⁷⁾

Em 30 de Abril e 16 de Julho, a Comissão adoptou duas decisões de isenção determinando até que ponto os operadores de comunicações móveis podem cooperar através da partilha de redes no Reino Unido e na Alemanha. Em Fevereiro de 2002, a T-Mobile e a O₂ tinham notificado dois acordos que previam que as partes cooperassem mediante a partilha de infra-estruturas na construção das suas redes de telecomunicações móveis de terceira geração («3G»).

Concluiu-se que a partilha de sítios entre os operadores de comunicações móveis não restringia a concorrência em nenhum dos casos: a cooperação abrange apenas elementos básicos da rede e as partes conservam o controlo independente das suas redes de base. A partilha de sítios também é considerada benéfica por razões ambientais e de saúde.

Concluiu-se que a itinerância nacional ⁽³⁸⁾ entre operadores de comunicações móveis restringia a concorrência a nível grossista, com potenciais efeitos nocivos nos mercados retalhistas a jusante. A

⁽³⁵⁾ Comunicação da Comissão «Orientações relativas às restrições verticais» (JO C 291 de 13.10.2000, p.1; quanto aos acordos de marca única ou de não concorrência, ver pontos 138 a 158 e, especialmente, o ponto 156). Ver também brochura explicativa sobre o Regulamento n.º 1400/2002 da Comissão, publicado pela DG Concorrência, pergunta 17.

⁽³⁶⁾ COMP/C1/38.369, JO L 75 de 12.3.2004, comunicado de imprensa IP/03/1026, de 16.7.2003.

⁽³⁷⁾ COMP/C1/38.370, JO L 200 de 7.8.2003, comunicado de imprensa IP/03/589, de 30.4.2003.

COMP/C1/38.369, JO L 75 de 12.3.2004, comunicado de imprensa IP/03/1026, de 16.7.2003.

⁽³⁸⁾ A itinerância nacional refere-se a uma situação em que os operadores envolvidos não partilham quaisquer elementos da rede, limitando-se a utilizar as redes uns dos outros para prestar serviços aos seus próprios clientes.